



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP01/2019-3

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2019-SRP

PROCESSO Nº **01.25.073/2019**

VALIDADE: **12 (DOZE) MESES**

Aos **27** dias do mês de **fevereiro** do ano de **2019**, o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA** com sede administrativa na Rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Santana do Ipanema, Alagoas, CEP 57.500-000, inscrito no CNPJ sob o nº **12.250.916/0001-89**, neste ato representado por seu Prefeito Sr. **ISNALDO BULHÕES BARROS** CPF Nº 026.236.684-34 e RG Nº 103.403 SSP/AL, no uso de suas atribuições legais;

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº **28/2017**, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 01/2019-SRP**, conforme resultado homologado em **27/02/2019**;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a contratação dos itens constantes na proposta vencedora transcrita em Anexo desta Ata, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **ARTUR ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº **14.345.216/0001-01**, com sede na **Rua Generino Tavares Lima, nº 24, Centro, CEP 49680-000**, no Município de **Nossa Senhora da Glória/SE**, neste ato representada pelo Sr. **Artur Nascimento dos Anjos Lima**, portador da Cédula de Identidade nº **21620253 SSP/SE** e CPF nº **033.948.975-80**, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o registro de preços para contratação do serviço de **locação de estrutura, equipamentos e diversos para eventos (LOTE 04)**, mediante o regime de empreitada



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

por preço unitário, visando atender às necessidades do Município de Santana do Ipanema, conforme descrição, quantidades e valores descritos em Anexo(s).

1.1.1. A descrição e a especificação detalhada do serviço e das tarefas que o compõem constam do Termo de Referência.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1. O valor global desta Ata é de **R\$ 279.976,00 (duzentos e setenta e nove mil novecentos e setenta e seis reais)**, distribuídos da seguinte forma:

| Nº LOTE | DESCRIÇÃO DO LOTE | VALOR TOTAL |
|---------|-------------------|----------------|
| 04 | SONORIZAÇÃO | R\$ 279.976,00 |

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, Logística e Patrimônio**.

3.2. São participantes os seguintes órgãos:

3.2.1. Gabinete do Prefeito;

3.2.2. Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento;

3.2.3. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte, Lazer, Ciência, Tecnologia e Inovação;

3.2.4. Secretaria Municipal de Saúde;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3.2.5. Secretaria Municipal de Infraestrutura e de Serviços, Controle e Desenvolvimento Urbano;

3.2.6. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

3.2.7. Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

3.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº **28/2017**, e na Lei nº 8.666, de 1993.

3.3.1. Caberá ao prestador de serviços beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação dos serviços, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.3.2. As contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3.3.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.3.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao prestador de serviços faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência **de 12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

4.1.1. É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata nos termos do Decreto Municipal nº **28/2017**, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 01 (um) ano.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

5.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos prestadores dos serviços.

5.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

5.3.1. Convocar o prestador de serviços visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.3.2. Frustrada a negociação, o prestador dos serviços será liberado do compromisso assumido; e

5.3.3. Convocar os demais prestadores de serviços visando igual oportunidade de negociação.

5.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o prestador dos serviços, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.4.1. Liberar o prestador de serviços do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de prestação dos serviços; e

5.4.2. Convocar os demais prestadores de serviços visando igual oportunidade de negociação.

5.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

6.1. O prestador dos serviços terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

6.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

6.1.5. Não manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. O prestador dos serviços poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do prestador dos serviços aos órgãos participantes, se houver.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO COM OS PRESTADORES DE SERVIÇOS

7.1. A contratação com o prestador de serviços registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de serviços ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Municipal nº **28/2017**.

7.1.1. As condições de execução dos serviços constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

7.2. O órgão convocará a prestadora de serviços com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

7.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

7.3. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.3.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

7.4. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

7.4.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

7.5. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.6. A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor: **CLEUDSON AQUINO NOBRE, Chefe de Gabinete, CPF nº 870.225.084-53**, designado gestor, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Cada contrato firmado com a prestadora de serviços terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de até 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

9. CLÁUSULA NÔNA - DO PREÇO

9.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irredutíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. A Contratada obriga-se a:



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

10.1.1. executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

10.1.2. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

10.1.3. arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Administração ou a terceiros;

10.1.4. utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.5. apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

10.1.6. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

10.1.7. instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

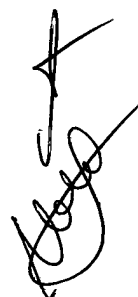
10.1.8. relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.9. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.10. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.11. não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

10.1.12. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos





ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. A Contratante obriga-se a:

10.2.1. proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

10.2.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3. exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.2.4. notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5. pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

10.2.6. zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

11.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

11.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos serviços executados.

11.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados.





ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

11.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

11.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.7. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

11.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

12.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

12.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da prestadora dos serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

13.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

13.1.2. Apresentar documentação falsa;

13.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

13.1.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

13.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.6. Cometer fraude fiscal;

13.1.7. Fizer declaração falsa;



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

13.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

13.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

13.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.3. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

13.3.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

13.3.2. Apresentar documentação falsa;

13.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;

13.3.4. Cometer fraude fiscal;

13.3.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.


13.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada





ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema/AL**, pelo prazo de até dois anos;

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

13.4.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

13.5.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

13.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

13.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

13.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº **01/2019-SRP** e a proposta da empresa.

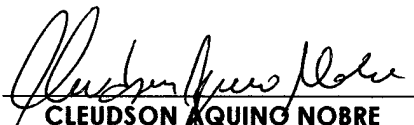
14.2. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº **28/2017**, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

14.3. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Comarca de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

Santana do Ipanema/AL, **27 de fevereiro de 2019.**


ISNALDO BULHÕES BARROS
Representante do Órgão


ARTUR NASCIMENTO DOS ANJOS LIMA
Representante da Empresa


CLEUDSON AQUINO NOBRE
CPF nº **870.225.084-53**
Gestor da Ata



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP01/2019-3

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre o **Município de Santana do Ipanema/AL** e a empresa **ARTUR ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP**, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face da realização do Pregão Presencial nº **01/2019-SRP**.



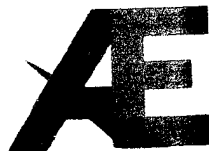
Artur Estruturas

PROPOSTA DE PREÇOS REFORMULADA

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA/AL
REF.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2019.
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS.

1.1.
O Objeto Desta Licitação É O Registro De Preços Para Contratação Dos Serviços De Locação De Estrutura, Equipamentos E Diversos Para Eventos. Com Exclusividade De Lotes Para ME E EPP. Com Execução Indireta Mediante O Regime De Empréstito Por Preço Unitário, Visando Atender Às Necessidades Do Município De Santana Do Ipanema/AL.

| LOTE 04 SONORIZAÇÃO | | | | | |
|---------------------|---|---------|-------|---|--|
| ITENS | DESCRIÇÃO | UND | QUANT | VALOR (R\$) | |
| | | | | UNITÁRIO | TOTAL |
| 4.1 | SONORIZAÇÃO TIPO 1 - (Pequeno Porte). 01 Mesa Com 12 Canais Contendo O Mínimo De 04 Subgrupos, 04 Vias Auxiliares, 04 Bandas De Equalização, Sendo Todas Paramétricas, Filtros De Graves, Todas As Saídas Deverão Ser Balanceadas 04 Caixas Ativas 300W RMS Contínuas Cada, Com Tripé, 01 Microfone Sem Fio Para Voz Com Frequência De Trabalho Seleccionável E Faixa De Operação Em UHF, 02 Microfones Com Fio, 01 Aparelho De CD Player Para Sonorização Ambiente, Cabos E Conexões Para Ligar Todo O Sistema, Incluindo Transporte, Montagem, Operação E Desmontagem. | Und/Dia | 200 | R\$ 514,88 Quinhentos e quatorze reais e oitenta e oito centavos | R\$ 102.976,00 Cento e dois mil novecentos e setenta e seis reais |
| 4.2 | SONORIZAÇÃO TIPO 2 - (Pequeno Porte). Configuração Mínima De 01 (UMA) Console Mixer (Mesa De Som) De 16 (Dezesseis) Canais, Com Pré Amplificadores Com Recall Automático Para Todos Os Canais, 04 Auxiliares, 04 Bandas De Equalização Paramétricas, 04 Caixas De Frequências Altas E 04 Caixas De Graves, Com 01 Cubo De Baixo, 01 Cubo De Guitarra, 04 Retornos, 04 Microfones Com Fio, 01 Microfone Sem Fio, Incluindo Transporte, Montagem, Operação E Desmontagem. | Und/Dia | 50 | R\$ 820,00 Oitocentos e vinte reais | R\$ 41.000,00 Quarenta e um mil reais |
| 4.3 | SONORIZAÇÃO TIPO 3 - (Médio Porte). Com Configuração Mínima De 02 (Dois) Consoles Mixer (Mesa De Som) De 32 (Trinta E Dois) Canais, Com Pré Amplificadores Com Recall Automático Para Todos Os Canais, 16 Auxiliares, 08 Matrix, 08 Deas, 04 Bandas De Equalização Paramétricas, 02 Processadores De Efeitos, 02 Processadores Dinâmicos Por Canal, 06 Canais De Equalização 31 Bandas Operacionais, Com Resolução Mínima De 48 Khz, 01 Multicabo 32 Vias Com Mais 8 Vias Para Canais Auxiliares, Com Splitter De No Mínimo 60 Metros; 01 Processador De Sistema Digital, Estéreo, Com 02 Entradas E 08 Saídas Com Multicabo Exclusivo, 02 (Dois) Aparelhos De Compact Disc Com Interface USB E Suporte De Reprodução De Arquivos No Formato (Mp3), 12 (Doze) Microfones Com Pedestais, 01 (Um) Kit De Microfones Para Bateria, 01 (Um) Microfone Sem Fio Com Pedestal, 01 (Um) Cubo De Contra Baixo, 01 (Um) Cubo De Guitarra, 01 (Um) Sistema Para Teclados, 01 (Uma) Bateria Acústica, 08 (Oito) Monitores De Retornos De Palco, 01 (Um) Monitor De Retorno Para Bateria, P.A. (Padrão Line Array) Para Sonorização Ao Ar Livre, Contendo No Mínimo 12 (Doze) Caixas Acústicas De Graves Com No Mínimo 02 (Dois) Autofalantes De 18" (Dezoito Polegadas) E 12 (Doze) Caixas Acústicas De Frequências Médias E Altas (Industrializadas), Além De Suporte Para Som Ambiente Composto De Pelo Menos 08 (Oito) Caixas Acústicas Espalhadas, Incluindo Transporte, Montagem, Operação E Desmontagem. | Und/Dia | 20 | R\$ 3.200,00 Tres mil e duzentos reais | R\$ 64.000,00 Sessenta e quatro mil reais |
| 4.4 | SONORIZAÇÃO TIPO 3 - (Grande Porte). Com Configuração Mínima De 02 (Dois) Consoles Digitais De 48 Canais, Com Pré Amplificadores Com Recall Automático Para Todos Os Canais, 24 Auxiliares, 08 Matrix, 08 Deas, 04 Bandas De Equalização Paramétricas, 04 Processadores De Efeitos, 02 Processadores Dinâmicos Por Canal, 06 Canais De Equalização 31 Bandas Operacionais, Com Resolução Mínima De 48 Khz, 01 Multicabo 48 Vias Com Mais 8 Vias Para Canais Auxiliares, Com Splitter De No Mínimo 60 Metros; 01 Processador De Sistema Digital, Estéreo, Com 02 Entradas E 08 Saídas Com Multicabo Exclusivo, 02 (Dois) Aparelhos De Compact Disc Com Interface USB E Suporte De Reprodução De Arquivos No Formato (Mp3), 16 (Dezesseis) Microfones Com Pedestais, 01 (Um) Kit De Microfones Para Bateria, 02 (Um) Microfone Sem Fio Padrão UHF, Com Pedestal, 01 (Um) Cubo De Contra Baixo Com 1 Caixa De 4 Falantes De 10" E 01 Caixa De Falante De 15", 02 (Dois) Cubos De Guitarra Com 2 Falantes De 12", 01 (Um) Sistema De Retorno Para Teclados, 01 (Uma) Bateria Acústica De 04 Tons, 08 (Oito) Monitores De Retorno De Palco, 01 (Um) Monitor De Retorno Para Bateria Com 02 Falantes, P.A. (Padrão Line Array) Para Sonorização Ao Ar Livre, Contendo No Mínimo 16 (Dezesseis) Caixas Acústicas De Grave Com No Mínimo 02 (Dois) Autofalantes De 18" (Dezoito Polegadas) E 16 (Dezesseis) Caixas Acústicas De Frequências Médias E Altas (Industrializadas), Além De Suporte Para Som Ambiente Composto De Pelo Menos 08 (Oito) Caixas Acústicas. | Und/Dia | 12 | R\$ 6.000,00 Seis mil reais | R\$ 72.000,00 Setenta e dois mil reais |



Artur Estruturas

| | | | | |
|---|--|--|--|--|
| Espalhadas Ou Alinhada Tipo Line Array, Incluindo Transporte, Montagem, Operação E Desmontagem. | | | | |
| VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 279.976,00 (DUZENTOS E SETENTA E NOVE MIL NOVECENTOS E SETENTA E SEIS REAIS) | | | | |

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ 279.976,00
(DUZENTOS E SETENTA E NOVE MIL NOVECENTOS E SETENTA E SEIS REAIS)

DECLARAÇÕES

1. Declaramos obrigatoriamente emitir até o término do prazo de execução dos serviços, ART's - Anotações de Responsabilidade Técnica/CREA, pelos serviços de engenharia pertinentes ao objeto da licitação, para acompanhamento e manutenção da montagem, os quais deverão ser emitidas as competentes Anotações de Responsabilidade Técnica.
2. Declara que por ser de seu conhecimento atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital relativas à licitação, bem como às disposições Lei Federal Nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, Lei Federal Nº. 10.520 de 17/07/02 e demais normas complementares e disposições deste instrumento que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente.
3. Declara outro assim, que o objeto contratual ofertado está de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, inclusive quanto à garantia dos mesmos.
4. Manteremos válida a Proposta pelo prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de abertura da licitação, aceitando que, ocorrendo RECURSO contra classificação ou desclassificação, habilitação ou inabilitação de licitante e suas eventuais impugnações, bem como de julgamento das propostas comerciais e de suas eventuais impugnações, durante o período de seus respectivos julgamentos, o prazo de validade da proposta comercial não correrá, tendo em vista o efeito suspensivo desses recursos.
5. Assumimos responsabilidade pela prestação dos serviços cotados e classificados em perfeitas condições de funcionamento, uso e de acordo com as especificações solicitadas.
6. Declaramos sob as penas da lei que não há nos quadros de nossa empresa, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do Art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.
7. Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como impostos, taxas ou quaisquer outros encargos que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária, e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
8. Forma De Pagamento: De Acordo Com O Edital.
9. Utilizaremos os meios, equipamentos e a equipe técnica e administrativa que forem necessários à perfeita execução do Contrato, de acordo com as exigências do Edital e seus anexos, bem como da fiscalização da PM de SANTANA DO IPANEMA/AL.
10. Assumimos responsabilidade pela prestação de serviços cotados e classificados, com o devido controle de qualidade necessário, conforme exigências editalícias.
11. Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Edital, Termo de Referência (Projeto Básico) e no Contrato.
12. A Ata de Registro de Preços decorrente desta Licitação terá validade de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura, nos termos do art. 15, §3º, III da Lei nº 8.666/93. Cabendo a prorrogação de acordo com a lei.
13. Declaro que a prestação de serviço será de forma parcial, no decorrer de 12 (doze) meses, contados após cada solicitação, mediante o recebimento de ordem de serviço expedida pela Administração Municipal.



Artur Estruturas

DADOS DA EMPRESA

- RAZÃO SOCIAL: ARTUR ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
- CNPJ/MF: 14.345.216/0001-01
- ENDEREÇO: RUA GENERINO TAVARES LIMA Nº 24
- CIDADE/UF: NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE
- CEP: 49680-000
- TEL./FAX: 79 99992-7101
- E-MAIL: arturestruturas@hotmail.com
- BANCO: BRADESCO
- AGÊNCIA: 5978
- CONTA CORRENTE: 2871-1

- DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO:
- NOME: ARTUR NASCIMENTO DOS ANJOS LIMA
 - ENDEREÇO: RUA GENERINO TAVARES LIMA
 - CEP: 49680-000
 - CIDADE/UF: NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE
 - CPF: 033.948.975-80
 - RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR: 2.162.025-3 SSP/SE
 - CARGO/FUNÇÃO: SOCIO/ADMINISTRADOR
 - NATURALIDADE: MONTE ALEGRE DE SERGIPE
 - ESTADO CIVIL: SOLTEIRO
 - NACIONALIDADE: NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE
 - E-MAIL: arturestruturas@hotmail.com

Nossa Senhora Da Glória/SE, 22 de Fevereiro de 2019.


Artur Nascimento dos Anjos Lima
Socio - Gerente



